



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Senhora Cleo Manhas, Representante Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc);
- a Senhora Catarina de Almeida Santos, Representante da Rede de Pesquisadores sobre Militarização da Educação (RePME);
- a Senhora Mirian Fábila Alves, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped);
- o Senhor Benilda Brito, Representante do Coletivo de Mulheres Negras (Nzinga);
- o Senhor Salomão Barros Ximenez, Professor da Universidade de São Paulo (USP);
- a Senhora Fátima Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE);
- a Senhora Deborah Duprat, Advogada e Subprocuradora-geral da República aposentada.



JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, iniciativas, políticas e programas associados à militarização da gestão escolar vêm sendo implementados, com importantes níveis de preocupação e críticas.

A expansão de modelos cívico-militares e de dispositivos disciplinares inspirados em lógicas militares tem produzido alterações significativas na organização pedagógica, na gestão democrática e na participação da comunidade escolar. Trata-se de tema de elevada relevância pública e orçamentária, que demanda sistemático debate qualificado, plural e fundamentado em evidências, em consonância com os princípios constitucionais que orientam a educação nacional.

Ademais, não são desprezíveis ocorrências de agressões, punições desmedidas e outras violações em escolas militarizadas.

A audiência pública, ao nosso sentir, permitirá ampliar o diálogo entre a sociedade civil, especialistas e representantes do poder público, promovendo a escuta de experiências de pesquisas e estudos envolvendo modelos militarizados. De igual modo, possibilitará a discussão de evidências sobre desempenho escolar, clima institucional e garantia de direitos, examinando aspectos como financiamento, controle social, gestão democrática e eventuais tensões com a nossa Constituição e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A iniciativa articula-se aos trabalhos da Rede de Pesquisa sobre Militarização da Educação no Brasil (RePME) e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que, entre outras instituições, vêm sistematizando dados, pesquisas empíricas e análises críticas sobre os impactos pedagógicos, sociais e financeiros desses processos.

Por isso, a presente audiência pública se configura como espaço estratégico de valorização da produção de conhecimento e do intercâmbio entre pesquisadoras(es), docentes, estudantes e ativistas, oferecendo subsídios técnicos essenciais ao Parlamento para o exercício de sua função fiscalizatória e legislativa.



De igual modo, valoriza esta comissão como arena republicana de mediação de conflitos e de construção de consensos em torno de políticas educacionais baseadas em direitos humanos, equidade e participação social.

Por tais razões, solicitamos o apoio de nosso colegiado.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

